

CONTRATO Nº 135/2023

Dispensa eletrônica nº 003/2023
Processo Administrativo nº 2.900/2023
Secretaria Municipal de Saúde

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA**, inscrita (a) no CNPJ sob nº 13.845.086/0001-03, com sede na Rua Macário Ferreira, nº 517, Centro, Serrinha - Ba, CEP 48.700-000, denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Exmo. Sr. **Adriano Silva Lima**, Prefeito, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **WK BOLSAS E BRINDES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.184.477/0001-75, com sede na Rua Castro Alves, s/n, Centro, Serrolândia - Ba, CEP 44.710-000, representada pelo Sr. **Willians Silva Reis**, portador do RG nº 2204538299 SSP/BA e do CPF nº 087.177.815-74, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições do Decreto Municipal nº 019/2022 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 Aquisição de kits personalizados de uso individual (colete, bolsa e chapéu) para os agentes comunitários de saúde (ACS) e agente de combate a endemias (ACE) do município de Serrinha/BA, conforme especificações constantes nesse Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

LOTE ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CONFEÇÃO DE BOLSA IMPERMEÁVEL, BOLSA EM LONA ENCERADA FIO 10 COM 2 DIVISÕES E BOLSO EXTERNO EM LAPELA. COM A APLICAÇÃO DA LOGOMARCA (CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE). CORES A SEREM DEFINIDAS PELA CONTRATANTE.	UND	111	PRÓPRIA	R\$ 101,00	R\$ 11.211,00
2	CONFEÇÃO DE CHAPÉU, O CHAPÉU DEVE SER DO MODELO CONHECIDO COMO "CHAPÉU PESCADOR OU CHAPÉU ÁRABE", COM PROTETOR DE NUCA, PODENDO SER DE DUAS CORES, COM A APLICAÇÃO DA LOGOMARCA (CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE). CORES A SEREM DEFINIDAS PELA CONTRATANTE.	UND	111	PRÓPRIA	R\$ 24,00	R\$ 2.664,00



3	CONFEÇÃO DE COLETE, O COLETE DEVE SER PRODUZIDO SEGUINDO AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: ITENS OBRIGATÓRIOS: COR DO COLETE: AZUL MARINHO, EM TECIDO DO TIPO RIPSTOP (BRIM) CONTENDO 70% DE POLIÉSTER E 30% DE ALGODÃO. 4 BOLSOS NA PARTE FRONTAL DO COLETE APLICAÇÃO DA IDENTIDADE DO PROGRAMA, NA VERSÃO NEGATIVO COR BRANCA, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO E NA PARTE TRASEIRA; APLICAÇÃO DAS MARCAS EM SILKSCREEN OU BORDADO CONFORME ILUSTRAÇÃO NO MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE.	UND	111	PRÓPRIA	R\$ 41,66	R\$ 4.624,26
VALOR TOTAL:						18.499,26

Dezoito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos

- 1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

- 2.1. O prazo de vigência da contratação até 31.12.2023 na forma do art. 75, II e IV alínea e", da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Serrinha/BA em atendimento a Portaria GM/MS nº 3941, de 27 de dezembro de 2021, onde institui o programa saúde com a gente, que inclui formação técnica dos agentes comunitários de saúde e agente de combate às endemias que em seu artigo 6º IX, garante como contrapartida, entrega de kits de uso individual do ACS e ACE matriculados.

O objetivo do curso é melhorar os indicadores de saúde a qualidade e resolutividade dos serviços da atenção primária, por meio da capacitação na prática, ante o estabelecimento dos respectivos parâmetros curriculares e de seus mecanismos de acompanhamento, monitoramento e sustentabilidade.

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, devido ao mesmo ainda não ter sido elaborado.

4. CLÁUSULA QUARTA - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 4.1 Com relação aos tamanhos e cores a serem entregues favor seguir os quadros abaixo:

Agentes Comunitários de Saúde

1. Mochila: 77 na cor azul marinho, conforme modelo anexo.	
2. Chapéu: P= 10 M= 31 G= 34 GG= 02 cor: azul marinho	
3. Colete: P= 10 M= 35 G= 22 GG= 10 cor: azul marinho	



Agentes de Combate às Endemias

1. Mochila: 34 na cor angorá claro no (mesmo modelo do quadro acima)
2. Chapéu: P= 02 M= 12 G= 20 cor angorá claro
3. Colete: M= 07 G= 23 GG= 04 cor azul

4.2 O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do (a) solicitação de fornecimento, em remessa **imediate**, no endereço indicado na solicitação, as entregas poderão ser realizadas de **segunda-feira a sexta** das 08:00hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

4.3 Locais de entrega: Rua Macário Ferreira, nº 401, Centro, Serrinha – BA, CEP 48.700-000.

4.4 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de Cinco (05) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de (01) Dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de sete (07) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS EXIGENCIAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS:

5.1 Atestado de capacidade técnica emitido por órgão público ou empresa privada.

6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos Serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no TR e seus anexos;

6.2. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: data de fabricação e validade.

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. CLÁUSULA NONA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, fica designada a Sra. Leidiane de Santana Barbosa como Gestora de Contratos, conforme Portaria nº 213 de 09 de março de 2023, e a Sra. Lucilene Lima C. Pereira como Fiscal de Contratos, conforme Portaria nº 365 de 06 de julho de 2023, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 a 121 da Lei nº 14.133, de 2021. 10.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do Recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato a Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.



Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Dispensa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE:

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis após a aceitação da proposta.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 14.133, de 2021, conforme Art. 155 a Contratada que:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;



V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:

13.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 18.499,26 (Dezoito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
6301	2035	33.90.30	15001002
6301	2037	33.90.30	16000000

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO:

16.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Serrinha, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

16.2. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Serrinha - BA, 28 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE SERRINHA - BAHIA
ADRIANO SILVA LIMA

ASSINAR O DIGITALMENTE

WILLIANS SILVA REIS

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



WK BOLSAS E BRINDES LTDA
WILLIANS SILVA REIS

